

**PROJETO DE LEI Nº 080/2021**

Institui a Lei Municipal de Proteção aos Animais, no âmbito do Município de Amontada.

**OS VEREADORES ABAIXO SUBSCRITOS COM ASSENTO NESTA AUGUSTA CASA**, no uso de suas atribuições legais, propõem o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 1º- Institui a Lei Municipal de Proteção aos Animais, estabelecendo normas para a proteção dos animais no Município de Amontada, visando a compatibilizar o desenvolvimento sócio econômico com o respeito e proteção aos animais.

Art. 2º - É vedado:

I - agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência capaz de causar sofrimento ou dano, bem como as que criem condições inaceitáveis de existência;

II - manter animais em local completamente desprovido de asseio ou que lhes impeçam a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

III - obrigar animais a trabalhos exorbitantes ou que ultrapassem sua força;

IV - não dar morte rápida e indolor a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo;

V - sacrificar animais com venenos ou outros métodos não preconizados pela Organização Mundial da Saúde – OMS -, nos programas de profilaxia da raiva.

**CÂMARA MUNICIPAL  
DE AMONTADA**

☒ Aprovado.  
☐ Desaprovado.  
☐ Arquivado.

Em, 22 / 10 / 2021

                      
Presidente

**CAPÍTULO II**  
**Dos Animais Domésticos**  
**Seção I**

Art. 3º - É vedado:

I - utilizar animal cego, enfermo, extenuado ou desferrado em serviço, bem como castigá-lo;

II - fazer o animal como transporte humano individual por mais de 6 (seis) horas seguidas sem lhe dar água e alimento.

## **Seção II**

### **Do Transporte de Animais**

Art. 4º - Todo veículo de transporte de animais deverá estar em condições de oferecer proteção e conforto adequado.

Art. 5º - É vedado:

I - transportar em via terrestre por mais de 12 horas seguidas sem o devido descanso;

II - transportar animal fraco, doente, ferido ou em adiantado estado de gestação, exceto para atendimento de urgência.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos Sistemas Intensivos de Economia Agropecuária**

Art. 6º - Será passível de punição toda a empresa que utilizar o sistema intensivo de economia agropecuária que não cumprir com os seguintes requisitos:

I - os animais deverão receber água e alimento, atendendo-se, também, suas necessidades psicológicas, de acordo com a evolução da ciência, observadas as exigências peculiares de cada espécie;

II - os animais devem ter liberdade de movimento de acordo com as suas características morfológicas e biológicas;

III - as instalações devem atender às condições ambientais de higiene, circulação de ar e temperatura.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Morte dos Animais pelo Método Técnico de Insensibilização**

Art. 7º - É vedado:

I - O abate humanitário de animais de açougue, sem utilizar-se do método técnico de insensibilização (fazendo o animal ficar inconsciente), ofendendo ou agredindo fisicamente os animais; sujeitando-os a qualquer tipo de experiência capaz de causar dor, sofrimento ou dano, assim como devem ser respeitados os manejos destes nas instalações dos estabelecimentos aprovados para esta finalidade;

II - Não dar morte rápida com prévia insensibilização a todo animal em qualquer situação cujo extermínio seja realmente necessário.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Responsabilidade do Proprietário de Animais**

Art. 8º - Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo único. Quando o ato danoso for cometido sob a guarda de proposto, estender-se-á este a responsabilidade a que alude o presente artigo.

Art. 9º - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados em via pública.

Art. 10 - É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada.

Art. 11 - O proprietário fica obrigado a permitir o acesso do Agente Sanitário, quando no exercício de suas funções, às dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como a acatar as determinações dele emanadas.

Art. 12 - A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulamentada pelas respectivas convenções.

Art. 13 - Todo proprietário de animal é obrigado a manter seu cão ou gato permanentemente imunizado contra a raiva.

Art. 14 - Em caso de falecimento do animal, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das sanções**

Art. 15 - Verificada a infração a qualquer dispositivo desta lei, os Agentes Sanitários, independente de outras sanções cabíveis decorrentes da legislação federal e estadual, poderão aplicar as seguintes penalidades:

I – Multa;

II – Interdição total ou parcial, temporária ou permanente de locais ou estabelecimentos;

III – Cassação de Alvará.

Art. 16 - A pena de multa será variável de acordo com a gravidade da infração, a ser regulamentada por meio de Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Executivo caracterizará as infrações, de acordo com sua gravidade.

§ 2º - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 3º - A pena de multa não excluirá, conforme a natureza e a gravidade da infração, a aplicação de qualquer outra das penalidades previstas neste artigo.

§ 4º - Independente do disposto no parágrafo anterior, a reiteração de infrações de mesma natureza autorizará, conforme o caso, a definitiva apreensão de animais, a interdição de locais ou estabelecimentos ou cassação de alvará.

Art. 17 - Os Agentes Sanitários são competentes para aplicação das penalidades de que trata o artigo 16 desta lei.



Parágrafo único. O desrespeito ou desacato ao Agente Sanitário, ou ainda, a obstaculização ao exercício de suas funções, sujeitarão o infrator a penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 18 - Sem prejuízo das penalidades previstas no artigo 16 desta lei, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transportes, de alimentação, assistência veterinária e outras.


## **CAPÍTULO VII**

### **Das Disposições Finais**

Art. 19 - O Poder Executivo definirá o órgão municipal encarregado de fiscalizar o cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Amontada, aos 23 de setembro de 2021.

  
**JORGE RIBEIRO SIEBRA**  
VEREADOR

  
**JOSÉ FERREIRA DE SOUSA**  
VEREADOR

## **CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA**

### **PROTOCOLO**

Recebido em: 23/09/21

Servidor: Grazielly Magalhães

Matrícula: 755

## JUSTIFICATIVA

Os maus tratos com os animais são uma prática comum, assim como a ausência de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

A crueldade humana parece não ter limites, eis que, cada dia, inúmeras denúncias de maus tratos chegam aos nossos conhecimentos.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, a qual reconhece que "Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência".

Todavia, tal Princípio tem sido ignorado em seu território.

Nesse passo, o presente Projeto de Lei pretende proteger os animais e cessar a crueldade que se tem constatado.

Assim, no âmbito do Município de Amontada, necessita de aprovação de uma Lei que proteja os animais e preserve nossa fauna e flora, requerendo aos nobres Pares desta Casa que aprovem a presente proposta legislativa.

Câmara Municipal de Amontada, aos 23 de setembro de 2021.

  
**JORGE RIBEIRO SIEBRA**  
VEREADOR

  
**JOSÉ FERREIRA DE SOUSA**  
VEREADOR